

PLANO ESTRATÉGICO DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DO VALE DO CÔA - PROPOSTA

por

Geoideia*

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta apresenta as linhas fundamentais e os pressupostos técnicos para a realização de um Plano Estratégico de Salvaguarda e Valorização do Património do Vale do Côa.

A proposta baseia-se no cenário da não construção da Barragem de Foz Côa, admitindo a validade das seguintes justificações:

- Importa salvaguardar não só as gravuras em si, mas também o meio natural onde se integram, o qual permite a sua total compreensão;
- Dado o enorme valor científico das descobertas já efectuadas e os indícios da existência de muitos outros elementos patrimoniais de idêntica valia, é indispensável assegurar condições para a continuidade da investigação arqueológica;
- As soluções avançadas até ao momento para compatibilizar a construção da Barragem e a preservação das gravuras (e.g. transplantação das pedras, afundamento com construção de túneis subaquáticos) envolvem custos elevados e, sobretudo, destroem a possibilidade de manter a integração gravuras-meio envolvente;
- Não está comprovado que as vantagens sócio-económicas decorrentes da construção desta Barragem não possam ser garantidas pela construção de outra num local alternativo.

A intenção principal desta proposta consiste em assegurar a salvaguarda do património cultural e natural garantido que, num futuro mais ou menos próximo, a área não seja votada ao abandono. Ou seja, pretende-se criar um conjunto de

* Estudos de Organização do Território, Lda. Julho de 1995.

condições que assegurem a compatibilização entre a continuidade da investigação científica e a possibilidade de fruição cultural e lúdica. A concretização deste desiderato passa, naturalmente, pela assunção do património do Vale do Côa como uma potencialidade fundamental da estratégia de desenvolvimento desta região.

Assim, em síntese, o Plano Estratégico visa, em primeiro lugar, possibilitar a correcta articulação de três grandes dimensões: as condições necessárias ao prosseguimento da investigação científica, a fruição pública de um património único e o desenvolvimento local integrado que garanta a melhoria das condições de vida das populações.

Para concretizar o objectivo que se acaba de definir, propõe-se a implementação de uma estratégia de aproveitamento turístico compatível e potenciadora da salvaguarda e do estudo do património. De facto, a presença controlada, mas regular, de visitantes/turistas não só incrementa a visibilidade da área (o que aumenta consideravelmente a possibilidade de obtenção de apoios financeiros), como evidencia o valor deste património enquanto elemento complementar da formação dos indivíduos. Por outro lado, a instalação de equipamentos de apoio à actividade turística (auditórios, salas de conferências, estruturas de alojamento...) pode representar (desde que os usos sejam compatíveis) um acréscimo potencial nas condições de trabalho dos investigadores.

2. METODOLOGIA

O quadro 1 sintetiza as várias fases metodológicas de elaboração do plano, indicando as condições e elementos externos (*inputs* externos) e internos (*inputs* internos) que interferem na implementação das estratégias de desenvolvimento local que consubstanciam o plano.

Na primeira fase, serão desenvolvidos os grandes objectivos a atingir com o plano estratégico, atribuindo-se particular atenção à preservação *in situ* do património pré-histórico, à necessidade de dar continuidade à investigação e ainda à promoção da empatia entre a comunidade e o património existente no seu território.

Na segunda fase, serão definidos os parâmetros fundamentais que sustentarão a actuação no Vale do Côa. Serão tidas em conta as orientações seguidas em casos similares, bem como as que estruturam as propostas de actuação alternativas. No que diz respeito às condições internas privilegiar-se-ão os pareceres dos especialistas que têm estudado a área e os modos de envolvimento da população nas várias fases do projecto.

Quadro 1 – Esquema Metodológico

FASES METODOLÓGICAS	INPUTS EXTERNOS	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	INPUTS INTERNOS - PATRIMÓNIO E COMUNIDADE LOCAL
1) definição dos grandes objectivos		Criação de condições para que o património existente reverta a favor do desenvolvimento local e regional.	Preservação <i>in situ</i> do património pré-histórico, salvaguardando a continuidade da investigação retrospectiva e prospectiva. Promoção da empatia entre a comunidade e o património existente no seu território.
2) definição dos parâmetros de actuação	Orientações estruturantes definidas no âmbito de outras experiências no domínio da conjugação entre a valorização do património pré-histórico e o desenvolvimento turístico. Análise das grandes linhas da actuação alternativas propostas para o vale do Côa.	Assegurar a continuidade e sustentabilidade do projecto. Preservar o equilíbrio entre a utilização pública da área e a salvaguarda da dignidade do património cultural e natural. Potencializar os recursos endógenos no desenvolvimento das novas actividades (emprego, investimento, know-how...) Evitar a concentração das actividades e iniciativas num único local promovendo a criação de uma rede de interdependências que permita a repartição espacial dos efeitos do projecto.	Objectivos fundamentais definidos pelos especialistas no domínio da pré-história e arqueologia. Forte envolvimento da população em todas as fases do projecto.
3) recolha de informação/análise da situação	Análise detalhada de experiências análogas (Lascaux, Altamira, Lepenski Vir, Parque do Vale das Maravilhas – Alpes...) Análise de estudos sobre as tendências recentes do fenómeno turístico aos níveis nacional e internacional, designadamente na vertente do turismo cultural.	Consulta de documentação sobre a área alvo do projecto produzida por diversas entidades: – planos municipais; – estudos regionais; – estudos efectuados pelos agentes envolvidos no processo. Levantamento do património histórico cultural. Levantamento do património natural. Análise das redes de infraestruturas e equipamentos. Caracterização dos recursos humanos. Estudo do tecido empresarial local.	Análise dos documentos e pareceres técnicos produzidos no âmbito da salvaguarda das gravuras e do meio envolvente. Inquérito à população. Entrevistas aos agentes locais.
4) identificação das principais vertentes de intervenção	Articulação transfronteiriça, quer no âmbito da atracção turística, quer na promoção de iniciativas conjuntas.	Identificação e implementação da região patrimonial do Côa (RPC). Desenvolvimento de uma rede turística focada num núcleo central e catalisador (Centro da Pré-história) onde se localizaram as principais actividades lúdicas, formativas e culturais, bem como as actividades logísticas de recepção dos visitantes/turistas e de apoio à investigação científica. Os núcleos secundários da rede corresponderiam aos locais de reconhecido interesse patrimonial da RPC a repartirem entre si os equipamentos turísticos necessários à concretização do projecto.	Tendo em atenção que se trata necessariamente de um processo dialéctico: – Sensibilização da comunidade científica; – Sensibilização da comunidade e dos agentes locais.
5) acções específicas	Iniciativas e investimentos realizados em áreas próximas da RPC (complementaridade). Identificação de fontes de financiamento para as iniciativas a desenvolver: – nacionais; – comunitárias; – extra-comunitárias.	A definir em função dos resultados das fases anteriores, abrangendo os seguintes domínios: – institucional; – territorial; – infraestruturas e equipamentos; – promoção e marketing; – financeiro.	A definir em função dos resultados das fases anteriores.

As orientações relativas às estratégias de desenvolvimento local incidirão sobre dois vectores principais: o equilíbrio entre a utilização pública da área e a necessária salvaguarda do património; a promoção de um modelo de desenvolvimento ancorado nos tecidos sociais e económicos locais, que passa pela potencialização dos recursos endógenos e pela criação de uma rede de interdependências que leve à dispersão territorial dos efeitos do projecto por toda a área abrangida pela Região Patrimonial do Côa.

A terceira fase corresponderá à recolha de informação (diagnóstico) através de fontes indirectas (experiências análogas, estudos turísticos, pareceres e relatórios técnicos, planos municipais e regionais) e directas, entre as quais se destacam as seguintes:

- inquérito à população;
- inquérito aos potenciais visitantes/turistas;
- entrevistas aos agentes locais;
- levantamentos patrimoniais;
- análise das redes de infraestruturas e equipamentos e das acessibilidades;
- caracterização dos recursos humanos e do tecido empresarial local.

Na quarta e na quinta fases identificar-se-ão as principais vertentes de intervenção que decorrem do diagnóstico efectuado, bem como as ações/medidas específicas que as poderão concretizar.

Como é natural, o conteúdo destas duas etapas não pode ser especificado na medida em que depende, necessariamente, dos resultados do diagnóstico.

Contudo, podemos destacar algumas hipóteses exploratórias sobre as quais importa reflectir desde já:

Identificação territorial e implementação formal da Região Patrimonial do Côa (RPC), a qual incluiria não só uma Parque Arqueológico como uma área circundante que integraria locais de reconhecido valor patrimonial (histórico, cultural e natural), como Freixo de Numão, Castelo Melhor ou Marialva.

Desenvolvimento de uma rede turística na RPC, focada num núcleo central e catalisador (Centro da Pré-história) onde se localizariam as principais actividades lúdicas, formativas e culturais, assim como as actividades logísticas associadas à investigação e à recepção dos visitantes/turistas. No âmbito desta última função, o Centro teria, num primeiro tempo, um carácter centrípeto (centralização das reservas de alojamento, da difusão de informação...) e, num segundo tempo, um carácter centrífugo (encaminhamento dos visitantes/turistas para os núcleos secundários).

Os núcleos secundários da rede corresponderiam aos locais onde se identificassem potencialidades patrimoniais e repartiriam entre si os equipamentos turísticos necessários à concretização do projecto. A constituição da rede permi-

tiria ampliar o potencial atractivo da RPC através da diversificação dos interesses e da complementaridade das valências.

Entre as condições necessárias à implementação da RPC salientam-se a vantagem da articulação transfronteiriça, a necessidade de sensibilizar as comunidades locais e científicas e, ainda, a identificação e a programação dos potenciais apoios financeiros nacionais, comunitários e outros.

CALENDARIZAÇÃO

Fase 1 – Recolha e Tratamento da Informação	
Elaboração do 1º Relatório – Diagnóstico	4 meses
Fase 2 – Reflexão e aprofundamento do Relatório de diagnóstico	
Elaboração do Relatório Final – Estratégia de intervenção/Medidas de acção	2 meses

Para que os prazos de execução propostos sejam efectivamente cumpridos é necessário que se constitua um **Gabinete alargado de Apoio à execução do Plano Estratégico**. Este gabinete deverá integrar:

- um representante de cada município que integra a RPC;
- um representante do IPPAR;
- um representante da Junta de Turismo da Região;
- representantes das ONG's que estão envolvidas no processo;
- investigadores que tenham efectuado estudos e pareceres sobre as gravuras.

Este gabinete deverá **efectuar duas reuniões com a equipa técnica** responsável pela elaboração do Plano. A primeira destas reuniões, que terá como objectivo recolher ideias sobre a problemática das Gravuras de Foz Côa e o tipo de acções/medidas a promover, terá de ser obrigatoriamente efectuada durante os primeiros 2,5 meses de realização do trabalho.

A segunda reunião, que deverá ter lugar na terceira semana após a entrega do 1º Relatório, destina-se a auscultar os membros do Gabinete de Apoio sobre o primeiro documento entregue pela Equipa Técnica, de modo a obter críticas e sugestões ao diagnóstico efectuado.

ORÇAMENTO

Recolha e tratamento de Informação	1.700.000\$00
Deslocações e Alojamento	500.000\$00
Secretariado	270.000\$00
Equipa Técnica	2.250.000\$00
Consultores	1.000.000\$00
Sub-total	5.720.000\$00
Despesas Gerais (15%)	858.000\$00
TOTAL	6.578.000\$00

Nota: Este valor será acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

PLANO DE PAGAMENTOS

- 25% imediatamente a seguir à assinatura do contrato.
- 35% após o final da 1ª fase (entrega do 1º Relatório – Diagnóstico).
- 40% após o final da 2ª fase (entrega do Relatório Final).

EQUIPA RESPONSÁVEL PELO PLANO

Fernando João Moreira – geógrafo, mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local (Universidade de Lisboa). Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Especialista em desenvolvimento turístico, museologia e avaliação de projectos. Tem participado em numerosos trabalhos de planeamento territorial, nomeadamente do domínio do turismo e valorização do património, bem como na avaliação de programas comunitários.

Mário Moutinho – arquitecto, doutor em Antropologia (Universidade de Paris VII, Universidade Nova de Lisboa). Professor do ISMAG/ULHT, coordenador da licenciatura em Urbanismo. Especialista em urbanismo, etnografia, antropologia e museologia. Tem participado e coordenado numerosos projectos no domínio da arquitectura, da museologia e da preservação e valorização do património natural e cultural.

Isabel Margarida André – geógrafa, doutora em Geografia Humana, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Especialista em Geografia Económica e Social, nomeadamente nos domínios do emprego, estratégias empresariais e questões sociais, bem como nos métodos de recolha e tratamento de informação de base geográfica. Tem participado em diversos trabalhos no âmbito do planeamento do território e das questões sociais.

Alfredo Tinoco – historiador, mestrando em Cultura e Língua portuguesa (Universidade Nova de Lisboa). Vasta experiência profissional na área da museologia e da defesa e valorização do património, tanto em Portugal como no estrangeiro. Tem participado em diversos trabalhos na área de recuperação do património e da museologia.

Jorge Macaísta Malheiros – geógrafo, mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Especialista em desenvolvimento regional, demografia e migrações. Tem participado em numerosos trabalhos de planeamento territorial, em especial no âmbito do ordenamento social e demográfico.

O estudo contará ainda com a colaboração – consultoria de um jurista e de um economista.